



FORMAÇÃO E ALOCAÇÃO DE EDUCADORES NO CONTEXTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MOÇAMBIQUE

Gildo Aliante; aliantegildo@unisave.ac.mz; Universidade Save
Paulino Albino Machava; pmachava@unisave.ac.mz; Universidade Save
Rafael Herculano Madime; madime@unisave.ac.mz; Universidade Save
Rui Jorge Alves de Sousa, rsousa@unisave.ac.mz; Universidade Save

Resumo

Dados estatísticos oficiais em Moçambique indicam que o país tem aproximadamente 33 milhões de habitantes e uma taxa de analfabetismo estimada em 38,3%. Em termos de gênero, a taxa de analfabetismo de mulheres é de 49,9%, sendo a mais alta em comparação com a de homens (23,9%). Os dados mostram que a taxa de analfabetismo é muito alta, o que deve constituir uma enorme preocupação para o Governo e a sociedade moçambicana em geral. Este cenário bastante sombrio obrigou ao Governo moçambicano a colocar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como parte integrante da política educacional e da Educação Básica obrigatória e gratuita. Para a efetivação desta política, considera-se não só ser crucial a institucionalização da EJA como um dos subsistemas do sistema nacional da educação, como também priorizar o financiamento público à altura de assegurar a provisão de condições materiais e humanas em quantidade e qualidade proporcionais. Deste modo, a formação e alocação de educadores de jovens e adultos deve ser uma ação prioritária. É neste âmbito que este estudo objetivou analisar a formação e alocação de educadores de jovens e adultos no âmbito de implementação da Educação Básica em Moçambique entre 2004 e 2025. Para o efeito, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica e documental, ancorada no materialismo histórico-dialético. Os resultados analisados por meio da análise de conteúdo revelaram que ao longo do período em alusão, foram desenhados e implementados dois cursos de formação de educadores de jovens e adultos, a saber: 10^a + 1 ano, em 2007 e 12^a + 3 anos, em 2019. Porém, constata-se que o Ministério da Educação e Cultura não direciona os formados nestes

23 a 25 de Março de 2026 | Evento 100% Online

CONGRESSO INTERNACIONAL IDEA 2026

Inovação, Diálogo e Experiências na Aprendizagem

Educação e Humanidade: Conectando
Inteligências, Cultura e Propósito Global.



cursos para a EJA, pois são contratados cidadãos com a 7^a e 10^a classes e sem formação específica em Andragogia para atuarem neste nível de ensino. Este cenário, por um lado, fragiliza o alcance das metas definidas e, por outro, compromete a qualidade de ensino e a implementação efetiva da política da Educação Básica no país, pois os educadores contratados recebem um incentivo abaixo do salário-mínimo pago de forma irregular. Além disso, constatou-se que a não contratação de educadores formados nos dois cursos mencionados condiciona a precarização do trabalho de educadores que possuem contratos temporários e precários, sem direito à proteção social, gerando a rotatividade e insatisfação laboral dos educadores. Este curso de ação demonstra uma enorme contradição entre o discurso político que coloca a EJA e o combate ao analfabetismo como prioridade do Governo moçambicano com as ações práticas e concretas. Assim, postula-se ser urgente e necessário a provisão de investimento público para este nível de ensino, alocação de educadores formados e criação de condições de trabalho condignas para estes profissionais da educação.

Palavras-chave: Ensino público. Política educacional. Educação básica. Formação de professores.